

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

OS LIMITES EDUCACIONAIS DO CONTEXTO RURAL: um estudo de caso no
assentamento Rodeio município de Chapadinha -MA

Noélia Mesquita Conceição

Codó -MA
2019

Noélia Mesquita Conceição

OS LIMITES EDUCACIONAIS DO CONTEXTO RURAL: um estudo de caso no
assentamento Rodeio município de Chapadinha -Ma

Monografia apresentada ao curso de graduação
em Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão, Campus VII- Codó, como requisito
para obtenção de grau em Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma.Gleiciane Brandão
Carvalho

Codó
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Conceição, Noélia Mesquita.

Os limites educacionais do contexto rural : Um estudo de caso no assentamento Rodeio município de Chapadinha-Ma / Noélia Mesquita Conceição. - 2019.

34 p.

Orientador(a): Gleiciane Brandão Carvalho.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2019.

1. Educação. 2. Movimentos sociais. 3. Rural. I. Carvalho, Gleiciane Brandão. II. Título.

Noélia Mesquita Conceição

OS LIMITES EDUCACIONAIS DO CONTEXTO RURAL: um estudo de caso no
assentamento Rodeio município de Chapadinha -MA

Monografia apresentada ao curso de
graduação em Pedagogia da Universidade
Federal do Maranhão, Campus VII- Codó,
como requisito para obtenção de grau em
Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em ____ de ____ de _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Ma Gleiciane Brandão Carvalho– UFMA
(Orientadora)

Ma. Aldina Silva Melo – UEMA
(1ª Examinadora)

Lanna Caroline Almeida- UFMA
(2º Examinadora)

Codó
2019

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente para minha família, pois independente das dificuldades para custear meus gastos, sempre fez o impossível para que eu não desistisse de meus sonhos. Embora meus pais não tenham tido a oportunidade de estudar, mas sempre nos incentivaram a estudar para ser alguém na vida, porque acreditam que a educação é fundamental. Assim como não poderia deixar de dedicar este trabalho aos meus professores do Ensino Fundamental, Ensino Médio e da Universidade, pois todos eles foram e são importantes na conquista desse sonho, dedico também a todos os alunos da escola municipal Raimundo Teixeira Lisboa em Chapadinha- Ma

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por sempre estar no controle de minha vida. Meus familiares que sempre me incentivaram a estudar, como também me acompanham em todos os momentos de minha vida, sejam eles bons ou ruins.

Agradeço de forma especial minha orientadora Gleiciane Brandão Carvalho pelo grande incentivo na produção deste trabalho, como também agradeço a minha turma 2016.2 pela união e parceria ao longo dessa trajetória. E de forma especial aos colaboradores da minha pesquisa de campo, do assentamento Rodeio.

RESUMO

O presente trabalho busca compreender acerca do processo histórico da educação do e no contexto rural, dando ênfase ao processo de marginalização que a população rural sofre no âmbito das políticas educacionais. Nesse contexto, visa pontuar a importância dos movimentos sociais do campo na conquista de avanços educacionais nesses territórios. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática e posterior a isso, pesquisa de campo no assentamento Rodeio, situado no município de Chapadinha no estado do Maranhão, a fim de buscar analisar a realidade educacional dessa localidade. Diante disso, foram utilizados alguns autores e leis fundamentais para a escrita do trabalho, entre eles Arroyo (2010), Gohn (1997) e Molina (2004).

Palavras chave: Educação; rural; Movimentos Sociais

ABSTRACT

The present work seeks to understand about the historical process of education in and in the rural context, emphasizing the marginalization process that the rural population suffers within the scope of educational policies. In this context, it aims to point out the importance of rural social movements in achieving educational advances in these territories. For that, a bibliographic research about the theme was carried out and after that, field research in the Rodeio settlement, located in the municipality of Chapadinha in the state of Maranhão, in order to seek to analyze the educational reality of that location. In view of this, some authors and fundamental laws were used for writing the work, including Arroyo (2010), Gohn (1997) and Molina (2004).

Keywords: Education; rural; Social movements

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2 HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL.....	14
2.1 A dicotomia entre educação no campo e educação do campo.....	17
3. OS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO PARA O CONTEXTO RURAL.....	20
3.1 Escola do/no campo na perspectiva maranhense.....	22
4. BREVE DESCRIÇÃO DA ESCOLA RAIMUNDO TEIXEIRA LISBOA. RELATO DA ATUAL GESTORA A RESPEITO DESSA REALIDADE EDUCACIONAL.....	24
4.1 Caracterização do campo de pesquisa.....	25
4.2 Caracterização dos entrevistados.....	26
4.1 Dialogando com a gestora da Escola Raimundo Teixeira Lisboa - Emaunella da Silva Alves	26
4.2 Entrevista com os alunos que cursaram o ensino fundamental na escola Raimundo Teixeira Lisboa	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERENCIAS	

1. INTRODUÇÃO

Para compreender a dicotomia da educação rural e educação do campo torna-se indispensável pontuar as principais distinções entre essas duas perspectivas. Educação rural: é uma proposta educacional que visa atender os interesses capitalista no que cerne ao desenvolvimento econômico do país. A educação rural carrega em suas entrelinhas os anseios da elite agrária: dos empresários, dos latifundiários, do agronegócio.

É uma educação tida como assistencialista para aquela população considerada desprovida de direitos e cidadania, deste modo o controle político é algo marcante, objetivando fixar o camponês ao campo para que sua força de trabalho barata e desqualificada some no crescimento econômico. Neste sentido, trata-se de uma educação que tem como referência a pedagogia tradicional que acaba reforçando o discurso da incapacidade intelectual dos sujeitos do campo, que faz com os mesmos se acomodem com a situação de oprimido, onde a liberdade de expressão se solidifica, pela falta de conhecimento.

Ressaltando que a educação do campo teve início com a luta dos movimentos dos camponeses, que em um cenário de muita luta e resistência despertaram o seu olhar para a reivindicação da garantia de políticas públicas educacionais que viessem a atender os seus interesses, ou seja, uma proposta educacional capaz de suprir as necessidades do camponês e dos movimentos sociais do campo. Tendo como referência a pedagogia libertadora / oprimido e histórico método educacional idealizado por Paulo Freire. O respectivo método parte do princípio dos sujeitos do campo como centro do processo educacional, com práticas educacionais transdisciplinares que atendem a formação cidadã desses indivíduos, como também visa atender os seus interesses econômicos. Dessa forma a educação do campo é adequada ao modo de vida no campo, pois seu currículo, calendários escolares são adequados as peculiaridades do local, como também busca inserir nas escolas professores conterrâneos.

A educação rural deve estar sempre em pauta nos debates em prol da melhoria da educação de modo geral, por ser uma perspectiva educacional que historicamente foi desassistida no âmbito das políticas educacionais, e permeada pela falta de investimento. Na trajetória da educação rural, os indivíduos pertencentes a esse meio sempre foram representados como exemplo de atraso, e as políticas educacionais se

organizavam em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura. Nos anos de 1960, Freire “revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico e ideológico os valores e universo sociolinguístico – cultural desses mesmos grupos” (Leite, apud, FREIRE 1999, p.43). Embora se tenha conquistado muitos avanços em prol da educação rural devido aos movimentos sociais que discutem e reivindicam por políticas educacionais que venham a sanar os problemas da educação rural, esses avanços ainda não atingiram o público rural como um todo, pois muitos municípios continuam estagnados na educação rural, que o compromete a emancipação dos sujeitos do campo.

De acordo com a história da educação, a educação rural, foi uma educação tecnicista voltada para o campo sem considerar suas particularidades. A educação para os trabalhadores rurais teve sua origem quando o Brasil se tornou república em 1889, tida como assistencialista que visava formar trabalhadores para atender as demandas do sistema capitalista. Trata-se de uma educação descontextualizada, que parte do princípio da mesma educação que é dada na cidade, que necessariamente vinha a valorizar a vida na cidade em rejeição ao modo como as pessoas do campo vivem. Conforme as diretrizes curriculares da educação no campo, as ações governamentais eram influenciadas pela política norte americana.

Nessa perspectiva, a educação idealizada para o meio rural trata de um sistema educacional excludente que de início tinha o intuito de barrar a migração do campo para a cidade devido a intensificação da industrialização, onde os camponeses estavam em busca de melhores condições de vida. Porém, essa educação tinha como estratégia manter a ordem e o controle sobre os trabalhadores rurais com uma educação instrumental voltada para formar apenas trabalhadores para o universo rural. Representando o campesino como subnutrido, pobre e ignorante, a educação era vista com o objetivo de proteção e assistência ao camponês, sem considerar os seus anseios e tampouco as particularidades do universo campesino.

Estereótipos eram atribuídos ao campesino como instrumento para o trabalho agrícola. Tratado com ofensa, menosprezo e incapacidade, a população inserida em regiões rurais era apontada como intelectualmente inferior na visão das elites agrárias servindo apenas como trabalhadores desprovidos de direitos e de cidadania (PINHEIRO, 2017). Vale ressaltar que essa visão distorcida ainda perpetua nos dias atuais, até mesmo nos bancos escolares onde o campo é visto com um olhar equivocado, como um lugar de pessoas ignorantes, sem cultura e desprovidas de

capacidade intelectual. Para Molina e Fernandes (2004), a perspectiva de educação rural estava relacionada a uma ideia de educação defasada, desatualizada, sem o mínimo de qualidade ou recursos para o desenvolvimento dos alunos. Tais expressões depreciativas reforçam o descaso e falta de políticas públicas para o universo camponês, fazendo com que a emancipação dos sujeitos do meio rural se torne cada vez mais distante, o que acaba comprometendo muitas vidas.

Nos dias atuais a concepção de educação rural não mudou muito, embora tenha havido alguns avanços para o meio rural, com a aprovação das diretrizes para a educação básica em escolas do Campo; a educação continuada, alfabetização e diversidade (SECAD), criada pelo ministério da educação (MEC), em 2003; grupo permanente de trabalho de educação do campo, através da portaria nº 137/ 2003 que visam desenvolver o universo camponês, mas sempre com o intuito de preparar o homem rural para permanecer no seu universo, ou seja, a educação para os camponeses ainda não atende totalmente os interesses dos indivíduos do campo, pois nem todos almejam seguir a vida de agricultor, enquanto alguns visam crescer sem sair do seu lugar, outros sonham em ultrapassar as barreiras e alcançar novos objetivos que são tidos como extremamente distante de sua realidade.

Quando se trata de avanços na educação do meio rural os movimentos sociais têm o seu destaque, pois foram eles sobretudo o movimento dos povos sem-terra (MST), que durante uma longa trajetória alinharam estratégias de luta e resistência por políticas públicas voltada para o contexto camponês, uma educação capaz atender as demandas do homem do campo levando o desenvolvimento pleno do mesmo.

Neste sentido, A história da classe trabalhadora rural vem desde o final da década de 1980 e início da década de 1990 ganhando visibilidade através de mobilizações e atos de resistência aos interesses capitalista. Assim sendo, afirma Gonh (2008) “ só os movimentos sociais têm a capacidade de reinventar e reorientar o estado e suas políticas e exigir a superação da submissão do estado às políticas socioeconômicas contrárias aos interesses de uma sociedade e de um povo” (p. 159).

Nesta perspectiva, o que me trouxe a pesquisa foram minhas vivências educacionais do ensino fundamental no povoado Rodeio, município de Chapadinha¹,

¹ Chapadinha é uma cidade do estado do Maranhão situada a 247 km de São Luís. O município se estende por 3 247,4 km² e contava com 73 281 habitantes no último censo, e tem como atual prefeito Magno Bacelar.

estado do Maranhão, localizado a 75 quilômetros da cidade. Eu nasci e fui criada em uma localidade situada à 2 km da comunidade Rodeio, à qual possuí uma única escola que atende tanto os alunos da comunidade, como também alunos de outras localidades vizinhas. Portanto como morava a 2 km da escola a minha primeira dificuldade era a locomoção, algumas vezes ia de bicicleta e outras até andando mesmo. A referida escola encontra-se estagnada na perspectiva de educação rural tendo a cidade como referência, com o ensino desvinculado da nossa realidade, o que acaba reforçando os estereótipos que são construídos historicamente sobre a população rural de que somos inferiores tanto culturalmente como também intelectualmente, desprovidos de direitos e cidadania. Essas são as principais barreiras que impedem que nosso município se desenvolva.

Entretanto, foi na escola Raimundo Teixeira Lisboa do assentamento. Rodeio que eu estudei até o ensino fundamental maior (9º ano), diante das inúmeras dificuldades que a escola rural enfrenta, tais como: a falta de uma infraestrutura adequada, insuficiência de recursos, falta de investimento na formação de professores, que não é uma realidade só do nosso município, mas de muitos outros. Consegui fazer um ensino fundamental razoável, pois tive professores que me motivaram e me disseram que eu era capaz de alcançar meus objetivos e que eu precisava apenas de uma oportunidade para prosseguir meus estudos.

Mas, oportunidade é uma das coisas que está distante da realidade do nosso município, pois quando a gente termina o 9º ano, se pretender seguir os estudos só tem duas opções: ou cursa o magistério que atualmente é ofertado na própria comunidade e em outras comunidades vizinhas quinzenalmente por uma empresa privada, mas nem todos conseguem estudar por conta da condição socioeconômica; A segunda opção é ir para a cidade para estudar na escola regular que ainda é mais difícil, por diversos fatores como: condição financeira da família, falta de acolhimento, como também o grande desafio de viver longe da família. Vale frisar que, atualmente o município conta com o curso superior de pedagogia privado que é oferecido em uma comunidade vizinha do assentamento Rodeio, que de alguma forma está dando oportunidade para alguns alunos que cursaram o magistério e pretendem seguir a carreira docente. Algumas pessoas do Rodeio já estão inseridas nesse curso.

Vale ressaltar que essa realidade educacional acaba comprometendo muitas vidas, dentre os inúmeros alunos que conclui o ensino fundamental na escola Raimundo Teixeira Lisboa somente uma pequena minoria conseguem dar

continuidade aos estudos, seja cursando o magistério lá mesmo ou saindo para estudar na cidade. Em razão disso, percebe – se que existe uma grande desmotivação dos alunos em cursarem o ensino fundamental, pois eles ainda não acreditam no poder da educação, por conta da falta de representatividade, devido a falta de oportunidades educacionais. Além do mais, o aluno já tem em mente que ao terminar o ensino fundamental irá permanecer ali mesmo exercendo os mesmos trabalhos braçais dos pais, outros acaba viajando para trabalhar em outros estados em serviços como: o corte de cana- de açúcar. Em razão disso fica explícito que não é dado o devido valor à educação.

Nessa perspectiva para nós alunos da zona rural prosseguir os estudos não dependemos apenas da força de vontade e sim precisamos de oportunidade. Quando conclui o ensino fundamental (ano de 2012) precisei sair para estudar, pois sempre tive em mente que eu queria me desenvolver intelectualmente e se não saísse do meu comodismo meus sonhos não seriam concretizados. Fui para Coelho Neto e me matriculei em uma escola de ensino médio que fez eu me sentir muito realizada por estar seguindo meus estudos, lá consegui cursar só o 1º ano, devido a questões pessoais não foi possível permanecer nessa cidade. No ano seguinte surgiu a oportunidade de vim morar aqui em Codó, assim pude continuar o ensino médio, me matriculei em uma escola de bairro periférico na qual cursei o 2º e 3º ano do ensino médio, no terceiro ano tivemos preparação específica para o ENEM com conteúdo e práticas de redação que valia nota para a matéria de português, como também experiência para o vestibular. Essa preparação foi muito relevante e nesse mesmo ano fiz o ENEM pela primeira vez e consegui uma nota que me possibilitou ingressar no curso de licenciatura em pedagogia na Universidade Federal do Maranhão campus Codó no ano seguinte (2016).

Posterior a minha entrada na universidade pude refletir sobre o contexto educacional do município de Chapadinha e percebi o quanto o povo da zona rural está sendo excluído do processo educacional, pois embora os avanços no sentido de melhorar a educação para o contexto campestre de forma a contemplar as peculiaridades do campo e atender os interesses desses indivíduos, mas muitos municípios continuam estagnados na educação rural, além do mais é ofertado somente até o ensino fundamental completo.

Vale ressaltar que foi uma fase de transição extremamente significativa em minha vida, pois me formar na área da educação é um sonho pessoal desde minha

infância, além de está vendo o resultado do meu esforço. É muito gratificante a gente parar e refletir sobre o quanto a educação nos torna pessoas melhores. E que acreditar em nosso potencial é fundamental, pois somente nós sabemos da nossa capacidade. Além disso sei que serei representatividade para meus irmãos, que também já estão estudando e irão seguir uma longa trajetória em busca de seus objetivos.

Com isso, objetiva-se com esse trabalho monográfico analisar a realidade educacional do assentamento Rodeio no município de Chapadinha a partir das leis e abordagens teóricas; investigar o que as leis asseguram em relação a educação rural para que seja possível refletir o porquê de tantos jovens excluídos da escola por falta de oportunidades; compreender quais são os principais bloqueios que comprometem o avanço da educação para a população rural. Para tanto, a metodologia partirá de uma pesquisa bibliográfica e de campo, no sentido de ressaltar quais as dificuldades que as pessoas da zona rural encaram para prosseguir os estudos, usando como representatividade desse descaso a educação do assentamento Rodeio.

Nesse contexto, o trabalho encontra-se dividido em três capítulos complementares. O primeiro capítulo: historização da educação rural, no qual busca discutir e conceituar acerca da educação rural e do campo. O segundo capítulo será desenvolvido uma análise das leis que regulamentam a educação rural para o contexto rural. Posterior a isso, será exposto a pesquisa de campo com o foco de buscar fazer uma breve descrição sobre a escola Raimundo Teixeira Lisboa e um breve relato da visão da atual gestora a respeito dessa realidade educacional. Como também o relato de alguns ex alunos da respectiva escola sobre os seus desafios para o ultrapassar os limites educacionais do município, que é ofertar somente o ensino fundamental completo.

2. HISTORICIDADE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

De acordo com a contextualização histórica da educação no campo no Brasil, a educação rural foi o único projeto educacional, com a lógica da educação urbana, que ao ser comprada com o contexto do campo, necessariamente desvaloriza os saberes, práticas e culturas desses indivíduos, de modo que sutilmente reforça as desigualdades e exclusão. trata – se de uma educação ligada ao desenvolvimento econômico do país. Em razão disso o campo sempre foi marginalizado no âmbito das políticas públicas.

Portanto, no contexto na intensificação da industrialização brasileira, os indivíduos do campo passaram a migrar para a cidade em busca de melhores condições de vida. Diante dessa situação, considera negativa para a elite agrária, pois eles precisam desses trabalhadores. A educação rural começou a ser pensada como estratégia de barrar esse fluxo migratório. E assim fixar aqueles indivíduos ao campo para atender as expectativas da elite agrária por meio de sua mão de obra barata.

A educação para o contexto rural teve sua origem quando o Brasil se tornou República em 1889. Onde os órgãos governamentais instituíram a criação da Indústria, do comércio e da pasta da agricultura. Esse “pacote econômico” teve como foco formar jovens para o cenário rural brasileiro, e atuou entre os anos de 1894 e 1906 (PASSADOR, 2006, p 45). Na perspectiva desse contexto meramente tecnicista, o contexto campesino só foi “contemplado” em aspectos educacionais por conta da necessidade de formar mão de obra para atender as demandas da elite agrária.

Entretanto, somente na constituição de 1934 que aparece indicativo da relevância da educação para o cenário rural, assim passou a ser citada em nível nacional. Finalmente, a educação para os trabalhadores rurais passou a ser repensada no sentido de ultrapassar os interesses capitalistas e tecnicistas. Nesse viés em 1930 recebeu a nomenclatura de política, mas legitimado do ponto de vista legal somente em 1934

Ao se analisar a contextualização histórica da educação no Brasil fica perceptível que o modelo educacional sempre foi excludente. A escola brasileira de 1500 e até o início do século XX, foi tida como privilégio para a elite, sendo inacessível para grande parcela da população como: os negros, trabalhadores rurais, mulheres e indígenas, pois na visão da classe dominante esses sujeitos naturalmente não

necessitam da leitura e escrita para desenvolver suas práticas sociais, porque para desenvolver o trabalho agrícola e serviço tidos como submissos, o letramento era desnecessário. Portanto, quando se trata da educação de modo geral, fica evidente que a exclusão de uma parcela, como a divisão de escola para pobres e ricos, ou seja, a escola para elite que forma cidadão, e a escola para a massa que forma somente mão de obra. Fica explícito as desigualdades sociais que vem sendo naturalizadas historicamente.

Quanto a educação para os trabalhadores rurais fica explícito o descaso do governo na perspectiva das políticas pública educacionais voltadas para esse cenário.

Que historicamente vem estabilizando o campo apenas para atender os interesses capitalistas, a partir desse ideário é possível elucidar que o conhecimento intelectual seria desnecessário para os trabalhadores rurais, tratando-os apenas como instrumento para o trabalho. Os indivíduos que vivem no campo são tidos como desprovidos intelectualmente, culturalmente, atrasados e inferiores em todos os aspectos, esses resquícios ainda perpetuam na atualidade. Até mesmo nos bancos escolares, de modo que os estereótipos atribuídos a esses indivíduos são solidificados menosprezando seu modo de vida, seus saberes, enfim sua cultura.

A figura do Jeca Tatu por muito tempo se consolidou no imaginário da população brasileira e com ela a noção de progresso e de civilidade. O homem do campo, visto como o Jeca Tatu, era impenetrável à ideia de progresso, e preso em sua “inércia doentia” (FERNANDES, 1999).

Vale ressaltar que a educação no/ do campo é indissociável da reforma agrária brasileira. Tal afirmação fica explícita na contextualização histórica, quando nos referimos a concentração fundiária no Brasil no final do século XVIII, onde os trabalhadores passaram a não ter total liberdade para permanecer nas terras. Sendo que o controle dessas terras ficaria sob o controle da elite. Nesse cenário o império decreta a lei de terras de 1950, a partir dessa lei o acesso às terras se tornou privado, assim só se teria posse de terra por meio do capital, tal processo foi marcado pela desigualdade social e exclusão de grande parte da população, inclusive da população rural.

Como advertiu Arroyo (2006, p. 104),

[...] é urgente pesquisar as desigualdades históricas sofridas pelos povos do campo. Desigualdades econômicas, sociais e para nós desigualdades educativas [...]. Sabemos como o pertencimento social, indígena, racial, do

campo é decisivo nessas históricas desigualdades. Há uma dívida histórica, mas há também uma dívida de conhecimento dessa dívida histórica. E esse parece que seria um dos pontos que demanda pesquisa. Pesquisar essa dívida histórica. (ARROYO, 2006, p.104)

Assim sendo, aquela população desprovida economicamente como: os lavradores, escravos recém “libertos”, etc., para manter sua sobrevivência, ficaram submissos a força de trabalho de subemprego dos fazendeiros. Porém perante essa situação houve uma intensificação da população rural, que no segundo império, surgiu a necessidade da escolarização no campo, que necessariamente era controlada pela elite, como forma de manipulação dos sujeitos, pois além da alfabetização ser considerada desnecessária para os trabalhos braçais, também quanto menos conhecimentos esse indivíduo possuísse mais fácil seriam de ser controlados.

2.1 A dicotomia entre educação no campo e educação do campo

Historicamente a educação rural foi o único projeto educacional voltado para o contexto campesino, sendo uma perspectiva educacional que tem como referência a cidade, que ao comparada com a vida no campo necessariamente desvaloriza os saberes, as práticas e culturas dos indivíduos inseridos nesse meio. Partindo do pressuposto da pedagogia tradicional e do “improvisado” com currículos, calendários escolares e professores oriundos da cidade, parte de um ensino fragmentado que não considera as peculiaridades do universo campesino. A educação rural predominou com maior intensidade no Brasil até os anos 1970.

Entretanto, a educação para os camponeses é construída a partir de valores externos, com uma transposição didática do meio urbano para o meio rural, que necessariamente reforçam as desigualdades sociais e desvalorizam o modo de vida das pessoas que vivem no campo, levando os mesmos a considerar suas culturas como inferiores. Trata de uma educação que sutilmente torna os sujeitos do meio rural cada vez mais passivos, de modo que a falta de conhecimento gere medo da liberdade devido a impropriedade do discurso. Afinal, é uma educação desconexa de sua função social, que é formar cidadãos, pessoas que sejam conscientes de direitos e deveres, e que saiba fazer a leitura do mundo, pois não basta apenas alfabetizar, mas também orientar o aprendiz a usar seus conhecimentos em suas práticas sociais.

Essa relação pode possibilitar a apropriação de saberes historicamente definidos e o acesso às técnicas cientificamente comprovadas. Assim, a pedagogia

da alternância pode contribuir com a formação dos jovens da seguinte maneira: desenvolvendo a reflexão crítica, a responsabilidade individual e coletiva e fortalecendo as famílias do campo na tentativa de desenvolver os sujeitos na busca de um mundo mais solidário, justo, humano e ético (SILVA,2008; BEGNAM, 2013).

Em contrapartida à educação rural , a educação do campo é um conceito em construção nos dias atuais, trata se de um projeto que vem sendo construído paulatinamente em um cenário de muita luta e resistência dos movimentos da população do campo, como: o movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST), que a partir da conquista de um lugar para morar, passaria reivindicar por necessidades básicas, entre elas a educação, mas não trata apenas do acesso à educação, pois o MST almeja uma educação plena que atenda os anseios da população do campo, tais como: formação política e cidadã, formação de valores, como também atendam os interesses econômicos, etc.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é definido como escola do campo toda aquela situada em área rural, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. Entende-se que, em tempos de Modernização, com esta expressão campo, há uma abrangência maior de sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas” (ROSA; CAETANO, 2008, p.23).

Nesse viés, essa nova concepção de educação para o campo tem como referência a pedagogia libertadora/ oprimido e histórico crítica, com currículo e calendário escolar voltados para as especificidades dos sujeitos do campo e com professores conterrâneos da própria comunidade. Quanto as práticas educacionais, o ensino é adequado ao modelo sustentável, com base nos interesses dos movimentos sociais do campo. Paulo Freire (2007) nos preconiza que a educação é imersa em inúmeras transformações. De modo que os sujeitos saibam aplicar os conhecimentos adquiridos em suas práticas sociais, transformando assim seu modo de ver e se relacionar com o mundo a sua volta.

É uma educação construída a partir dos próprios sujeitos do campo, visando atender seus anseios e necessidades resgatando e preservando os valores sociais, econômicos, políticos e culturais. É uma educação emancipadora à medida que busca alfabetizar e formar o senso crítico dos sujeitos que são protagonistas de sua própria história, na luta contra os opressores.

Neste sentido, os movimentos sociais da população campesina, visam a busca de visibilidade para a população do campo, que historicamente vem sendo marginalizada no âmbito das políticas públicas, principalmente nas políticas educacionais.

Arroyo e Fernandes (1999) na articulação por uma educação básica do campo, enfatizaram que o termo “campo” é resultado de uma nomenclatura proclamada pelos movimentos sociais e deve ser adotada pelas instâncias governamentais e suas políticas públicas educacionais, mesmo quando ainda relutantemente pronunciada em alguns universos acadêmicos de estudos rurais.

Portanto, foi diante da intensificação dos movimentos sociais no Brasil na década de 1990, que conquistou inúmeras contribuições e avanços na luta pela elaboração de um projeto educacional que viesse atender os anseios, respeitando a diversidade. Neste sentido, a partir do MST que foi possível ter uma nova concepção a respeito da necessidade de uma educação voltada e pensada para o contexto rural. Surgindo assim a reivindicação por uma educação que viesse a valorizar o modo de vida do homem do campo na escola, com ensinamentos adequados as peculiaridades e necessidades daquela determinada população.

O Movimento educa as pessoas que dele fazem parte à Medida que as coloca como sujeitos enraizados no Movimento da história, e vivendo experiências de Formação humana que são próprias do sujeito da organização Participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada Pessoa não saiba disso, cada vez que ela toma parte das Ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou Grande, ela está ajudando a construir a identidade sem Terra, a identidade dos lutadores do povo, e está se transformando, se reeducando como ser humano. (CALDART, 2003, p. 71)

Embora a primeira discussão sobre a educação do campo tenha se expandido em 1996, ela só foi constituída como política pública em 2008. Considerando essa informação é possível elucidar que o Brasil ainda tem muito que avançar no sentido de dar uma maior visibilidade para que de fato seja efetivado uma verdadeira concepção de educação para o campo. Com uma educação que cumpra a sua função social que é formar cidadãos críticos consciente de seus direitos e capaz de lutar por eles através de um discurso bem sólido e coerente.

As Diretrizes Operacionais Direcionadas à Educação Básica em escolas do Campo, em seu Art. 3º elege que, o poder público deverá considerar de fundamental importância a educação para o exercício da cidadania plena do indivíduo. Esse direito

deve ser orientado a partir de alguns referencias, a saber: justiça social, solidariedade e o diálogo. No Art. 3º ainda consta que a população camponesa deve ter total acesso à Educação Básica de qualidade, bem como de Educação Profissional de Nível Técnico. A Educação Profissional em sua grande maioria é oferecida pelas Escolas Família Agrícola de Ensino Médio Integrada a Curso Técnico, geralmente norteadas pelo regime de alternância (BRASIL,2002).

A proposta de uma educação pensada para o campo, considerando e valorizando os saberes, peculiaridades, modo de vida, enfim a cultura do homem do campo, são os anseios e reivindicações dos movimentos camponeses: desencadeada em meio aos conflitos, embates e tensões. Que em suas ações reivindicam por uma educação mais humana, digna, contextualizada e emancipatória que além de alfabetizar forma a consciência política dos indivíduos. Enfim trata-se uma educação libertadora, formadora de cidadãos ativos que através do conhecimento possa ter uma visão mais crítica sobre o mundo e, capacidade intelectual para lutar pelos seus direitos.

Lima e Silva (2015) chamam a atenção para uma série de lutas e debates através de encontros e conferências dos movimentos que lutam pelo campo, os quais se propuseram a discutir essa proposta enquanto um direito para as populações camponesas.

Afinal os movimentos sociais trabalham melhor essa ideia da educação informal que educa e reeduca os indivíduos que nele se engajam. São ações fundamentais e necessárias, pois foi somente através dessas mobilizações que conseguimos todos os direitos que temos garantido atualmente, tais como: direito a educação; saúde, segurança, etc. Embora não efetivados em sua totalidade. Cavalcanti (2010) assegura que a luta dos movimentos sociais do campo trouxe discussões ao sistema educacional do país. Todas as problemáticas existentes e o descaso acerca do mesmo, tendo em vista que os movimentos buscavam assegurar uma educação voltada para as experiências e a produção de vida, conhecimentos e culturas relacionadas ao campo. O interesse desses movimentos não era somente uma estrutura escolar presente no campo, mas uma escola que pensasse o campo e suas peculiaridades. Nesse contexto a educação do/no campo perpassa os limites geográficos, pois está relacionada as vivencia e os aprendizados do e para o campo.

3. OS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE REGULAMENTAM A EDUCAÇÃO PARA O CONTEXTO RURAL NO BRASIL

Antes de adentrar no conteúdo específico sobre Educação do Campo, vale ressaltar que no artigo 205 da Constituição Federal, faz-se uma menção a igualdade educacional quando salienta que a educação de qualidade é um direito para todos, no entanto, não se pode negar que os contextos educacionais mudam de acordo com a localidade, política, cultura, história, sendo assim é necessário que respeitar os contextos de inserção de cada lugar. Para tanto, foram criados alguns mecanismos que se preocupavam exclusivamente com a educação no/do campo.

Quando se trata de educação para o cenário rural, a ideia de um ensino defasado, desatualizado e mecânico é a primeira que vem a nossa mente. Nesta perspectiva, quando recorreremos aos dispositivos legais que regulamentam a educação para esse contexto que historicamente vem sendo marginalizado no âmbito das políticas educacionais, fica evidente o quanto os camponeses são excluídos da sociedade.

Foi somente nos textos constitucionais de 1934 que a educação específica para o campesinato passou a ser mencionada em nível nacional. Embora tenha ganhado caráter de política em 1930, passou a vigorar do ponto de vista legal só a partir de 1934. Vale ressaltar que, a escola nova (luta por uma educação de qualidade e igualitária em termos de oportunidades para todos), teve influência no desenvolvimento de uma educação pensada para a população do campo. Através de uma parceria com uma parcela de agricultores, cafeicultores e uma classe média, na luta por reformas educacionais.

De acordo com o artigo 3º das diretrizes operacionais direcionadas à Educação Básica em escolas do campo, o poder público deve fundamentar a educação para o exercício da cidadania do indivíduo, nesse mesmo sentido o mesmo artigo afirma que a população camponesa deve ter acesso a uma educação básica de qualidade sem desconsiderar as peculiaridades do local.

Ainda nas diretrizes, mais precisamente no artigo 4º, reitera a necessidade de um desenvolvimento social e ecologicamente sustentável, nesse contexto o art. 5º reforça a necessidade de um plano pedagógico respeitando as diferenças e igualdade de cada local e suas diferenças étnicas, de geração, política, cultura e economia.

A LDB também fundamenta a necessidade de uma educação diferenciada para o campo e no campo. De acordo com o artigo 28, quando é ofertado educação básica para a população de zona rural deve-se observar as condições de vida e adaptar de acordo com cada realidade, dando ênfase a:

- I - Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e Interesses dos alunos da zona rural;
- II - Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar Às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (grifo nosso).

Outro fator também citado na LDB é que não se pode fechar escolas do campo, indígenas e quilombolas sem que tenha procedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino e deve-se apresentar justificativas plausíveis para que tal fato ocorra.

A lei de diretrizes e bases da educação como lei máxima da educação, por meio dela são definidas a organização geral da educação brasileira. Nesta perspectiva, a LDB/96 foi um avanço para a modalidade ensino do campo, a medida que estabeleceu os princípios norteadores desse tipo de educação, especificando legalmente como deve ser a metodologia, calendário e currículo, enfim como deve ser o ensino para o contexto rural.

3.1 Escola do/no campo na perspectiva maranhense

Bem como a nível de Brasil, o Maranhão busca mecanismos para o desenvolvimento das escolas do/ no campo, vale ressaltar a importância de tal temática tendo em vista que o Maranhão é até hoje, no contexto nacional, um dos Estados mais rurais do Brasil, situando-se na fronteira sociogeográfica do Nordeste e Norte do Brasil. De acordo com a Legislação Estadual, a educação destinada a população do campo pode ocorrer de várias formas. Deve-se a princípio ser vinculada a identidade do próprio campo sendo vinculada as questões da própria realidade dando ênfase a temporalidade e saberes dos estudantes no meio de inserção.

A educação do campo deve ser direcionada aos saberes e mediadas pela relação do trabalho, além de ter a necessidade de um calendário escolar organizado de acordo com a realidade, dando ênfase aos diferentes espaços pedagógicos e ao tempo de aprendizagem direcionado entre o campo e escola, sendo assim, o ano letivo é também organizado baseados nessas diferenças inerentes das escolas no meio rural.

Nesse sentido, a legislação estadual reitera que deve se preservar as finalidades de cada etapa da Educação Básica e mesmo com as diferentes formas de organização suprir todas as necessidades previstas na Educação Básica. Com isso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola do campo busca a justiça social, diálogo e solidariedade entre as populações das áreas rurais e urbana visando, com isso, uma perspectiva democrática de constituição de saberes e valores, afim que o sujeito reflita sobre sua posição quanto a um ser social.

Vale ressaltar que tais escolas funcionam como modalidade seja no contexto básico e educação profissional, nesse sentido, o corpo docente dessas escolas podem assumir duas perspectivas.

I - Pedagogia da Alternância (Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais);

II - Pedagogia do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST)

Entretanto, no que se refere a pedagogia da alternância e pedagogia do MST. Ambas pedagogias partem do princípio do ensino contextualizado que considera as peculiaridades do contexto rural, com calendários adaptados ao ciclo agrícola; faz preferência por professores conhecedores da realidade; alfabetização com palavras contextualizadas e que contemple a formação política; e necessariamente a mediação entre estudo e trabalho.

Outro fator que vale ressaltar é a questão do tempo escolar, nesse sentido é interessante reforçar como esse tempo escola deve ocorrer.

I - O tempo escola e o tempo comunidade sejam realizados de forma dialética e processual, em espaços e tempos pedagógicos internos e externos à escola, com efetivo acompanhamento do monitor;

II – O tempo escola corresponde ao período em que o estudante permanece efetivamente no espaço da unidade escolar em contato com o saber sistematizado;

III - o tempo comunidade corresponde ao tempo em que o estudante é motivado a partilhar seus conhecimentos na família, na comunidade ou nas instâncias de participação social.

Para tanto ainda existem outros artigos que visam trabalhar a questão da educação do campo no estado do Maranhão. Entre eles o artigo o artigo 96 da legislação estadual do Maranhão, que faz referência a formação dos professores/as poderá ser feita concomitantemente à sua atuação profissional, de acordo com metodologias adequadas, que atendam às especificidades da educação do campo.

No viés deste artigo a formação de docentes para atuarem no campo parte de uma formação específica. Visto que esse contexto possui necessidades especiais quanto as práticas educativas, calendários, etc. Enfim a educação do campo além de ser contextualizada, também deve atender aos interesses e necessidades da população. Assim sendo, a formação desses profissionais deve ser continuada evidenciando um aprendizado significativo, pautado na liberdade e na transformação do sujeito.

Partindo do pressuposto da gestão democrática onde todas as decisões devem passar pela participação de toda a comunidade escolar, assim como em todas as instituições de ensino, a escolha do gestor da escola do campo devem passar pelo dialogo, parceria e consulta da comunidade. Partindo do princípio do artigo 97, a gestão das escolas do campo deverá ser exercida, preferencialmente, por pessoa da comunidade, respeitando a formação necessária. Art. 98 - O profissional docente para atuar na Educação do Campo deve, preferencialmente, pertencer as suas comunidades e ser admitido por meio de concurso público, de acordo com a Legislação vigente.

Art. 99 - O Ensino Fundamental deve ser ofertado nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação das escolas e deslocamento das crianças.

O estudante tem assegurando o direito a educação. Sendo que, necessariamente não deve ser deslocar por longa distância para estudar, e sim ter uma escola o mais próximo possível de sua residência. Quanto ao argumento desse artigo é possível afirmar que nos dias atuais mesmo com algumas melhorias educacionais para o contexto rural, essa realidade ainda estar muito longe de ser concretizada, pois muitos alunos da zona enfrentam vários problemas em relação a localização das escolas.

Art. 100 – A Proposta Curricular da Educação Básica na escola do campo deve contemplar a base nacional comum, uma parte diversificada exigida pela realidade do campo, com foco na agroecologia, sustentabilidade e agricultura familiar, assegurando, entre outros, o estudo das questões ambientais vinculadas à realidade agrária e rural.

Conforme o artigo que faz referência a proposta curricular da educação básica para o campo que deve contemplar a base comum curricular. De modo que, além de ser trabalhado os conteúdos escolares fundamentais a formação pleno do cidadão. Também deve contemplar uma parte diversificada exigida em conformidade com as peculiaridades do campo. Entretanto, é possível elucidar que nos dias atuais muitas escolas do campo ainda não atentem esses requisitos.

Parágrafo único. O Ensino Médio Integrado a Educação Profissional na Educação do Campo deve contemplar a base nacional comum, as disciplinas profissionais, estágio curricular e o projeto profissional do estudante.

Nesta perspectiva na atualidade já existem cursos superior específicos para a formação de docentes para atuarem em escolas do campo. Inclusive na universidade federal do maranhão, exemplo desse campus são o: campus de Chapadinha e Bacabal, onde é trabalhado a formação para a pedagogia da alternância. Porém não cabe me aprofundar nessa temática. Tendo em vista que minha linha de pesquisa é a educação do campo em nível fundamental.

4. BREVE DESCRIÇÃO DA ESCOLA RAIMUNDO TEIXEIRA LISBOA.

Figura 1: Sede da Escola



Fonte: Mesquita, 2019

Figura 2 : Anexo da Unidade Escolar Raimundo Teixeira Lisboa



Fonte: Mesquita, 2019.

4.1 Caracterização do campo de pesquisa

A pesquisa foi realizada na Unidade Escolar Raimundo Teixeira Lisboa situada no povoado Rodeio, zona rural do município de Chapadinha-Ma, a escola funciona no turno matutino e vespertino, e tem como gestora Emanuella da Silva Alves, CEP:

65500000. A escola possui 12 funcionários, dentre eles 8 são professores. Sendo uma conterrânea da comunidade. A institucionalização de ensino contempla 11 turmas. Porém não possuem organização por ciclos. Quanto a alimentação e água filtrada são garantido para os alunos. Matrículas: creche 7; pré-escola 19; anos iniciais (1° ao 5° ano) 39; anos finais (6° ao 9° ano) 87; ensino médio 0; educação de jovens 0; educação especial 21. Em relação a acessibilidade a escola não possui nenhuma adaptação para atender esse público, exceto uma rampa na entrada. Assim sendo, a infraestrutura a escola dispõe de 4 turmas. Sendo 2 na sede e 2 no anexo ao lado: possui 1 banheiro dentro da sede, 1 cozinha, a sala dos professores, 1 despensa. Quanto os itens: biblioteca, sala de leitura, laboratório de informática e ciências, diretoria, sala de recursos, quadra de esporte, a instituição não possui. Sobre os equipamentos disponibilizados: somente televisão e aparelho de DVD; saneamento básico: dispõe de uma cisterna, energia abastecida pela rede pública, destino do esgoto é a fossa, destino do lixo é por meio da queima. No diz respeito a computadores e internet, a escola não dispõe

4.2 Caracterização dos entrevistados

O público alvo da minha pesquisa foram jovens de 17 a 29 anos. Jovens esses que cursaram o ensino fundamental na escola Raimundo Teixeira Lisboa. Vale ressaltar que, dos 5 alunos entrevistados, duas são minhas irmãs que assim como eu estão nessa luta por um futuro melhor. O foco do meu diálogo com esses jovens do meio convívio social foi instiga lós sobre seus desafios para prosseguir os estudos que é um fato da nossa realidade. Como também procurei dialogar com a atual gestora da escola com o intuito de saber alguns dados e um pouco da história da instituição.

4.3. Dialogando com a gestora da Escola Raimundo Teixeira Lisboa - Emanuella Silva Alves

A escola Raimundo Teixeira Lisboa teve seu nome definido pelo proprietário da terra, Raimundo Nonato Vale. Seguindo as informações da comunidade o primeiro professor se chamava Badu, um militante que partir de muita luta e força conseguiu trazer o ensino público para a comunidade. Quanto a realidade educacional do município, os alunos se sentem desmotivados a continuarem os estudos por

acreditarem que não há perspectiva melhor para eles, além da vida que levam seus pais. É uma situação preocupante que me deixa muito triste em especial por saber o quanto a educação é fundamental não só para o crescimento profissional, mas cultural e formação do caráter humano. Acredito que uma escola estadual no município mudaria essa realidade, pois muitos alunos se deslocam as cidades mais próximas para cursarem o ensino médio, outros por não terem a mesa oportunidade continuam na comunidade e logo se desmotivam e deixa o estudo, e conseqüentemente vão ajudar os pais na lavoura dando continuidade a vida na roça. Em relação à reivindicações da comunidade por escola de nível médio, reivindicação diante das autoridades competentes não posso afirmar, mas algumas mães já expressaram o desejo de se manifestarem junto aos órgãos competentes.

4.4 Entrevista com os alunos que cursaram o ensino fundamental na escola Raimundo Teixeira Lisboa

Como já havia especificado que o que me trouxe à essa linha de pesquisa sobre a educação rural foram minhas vivências educacionais na escola Raimundo Teixeira Lisboa, onde cursei o ensino fundamental completo. Assim na oportunidade do meu trabalho monográfico senti a necessidade de relatar sobre as dificuldades que os alunos da zona rural enfrentam para estudar devido aos limites educacionais imposto para o nosso meio social. A necessidade de escrever sobre a temática também é fruto de minhas inquietações sobre a realidade educacional da zona rural, é muito lamentável se saber que muitos sonhos são comprometidos devido a falta de oportunidades. Sendo que, o acesso à educação, permanência e qualidade de ensino é um direito de todos. Assim devendo ser assegurado pelo governo.

Com isso, além de apresentar minhas vivências, também busquei dialogar com algumas jovens da comunidade Rodeio que assim como eu não se acomodaram em comprometer seus sonhos por causa de um descaso do governo em relação a oferta de uma educação de qualidade e que ofereça oportunidades para que o aluno do meio rural possa se emancipar intelectualmente e assim seguir sua carreira acadêmica.

Quanto as minhas vivências educacionais na escola Raimundo Teixeira Lisboa, posso dizer que a primeira dificuldade que eu assim como inúmeros alunos enfrentam são as questões de localização geográfica da escola. Entretanto, morava em torno de 2 quilômetros de distância da escola, assim meu desafio constante era o

deslocamento para a escola às vezes de transporte e algumas vezes andando mesmo, que de certa forma influenciava no aprendizado, devido ao cansaço físico.

A escola Raimundo Teixeira Lisboa, assim como inúmeras escolas localizada na zona rural, apresentam problemas quanto: a infraestrutura, falta de recursos didáticos (nas minhas séries finais, o principal problema era a insuficiência de livros didáticos. Assim os livros eram distribuídos em dupla, as vezes também acontecia atraso do ano letivo devido à falta de professores, como também acontecia a falta de merenda escolar.

Porém posso dizer que tive um ensino fundamental razoável, pois tive professores que embora as dificuldades que a educação do meio rural apresenta. Davam sempre aquele incentivo tanto por meio do ensino, como também através de palavras motivadoras que nos faziam acreditar que nós somos capazes e que precisamos apenas de oportunidades.

No ano de 2013 concluí o ensino fundamental e no ano seguinte, fui para a cidade para prosseguir meus estudos, nessa trajetória precisei mudar de cidade devido questões pessoais, mas segui de cabeça erguida mesmo perante o desafio de viver longe de minha família, morar na casa alheia, ter que me adaptar a uma nova realidade educacional. Portanto, com grande esforço não tive nenhuma reprovação no ensino médio, e concluí em 2015

Entretanto, no ano seguinte 2016 consegui ingressar no curso de licenciatura em pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão, campus Codó, por intermédio do Exame Nacional do ensino médio (ENEM) o qual abriu portas para que eu tornasse real meu sonho profissional, que é me formar na área da educação, para assim colaborar com a educação de outras pessoas, ajudando-os a alcançarem seus sonhos

Posso afirmar que essa foi uma fase de transição extremamente significativa em minha vida, pois estava vendo o resultado de todo meu esforço. A partir de toda essa experiência de ter seguido a minha vida acadêmica, posso dizer que nós alunos da zona rural precisamos de uma maior visibilidade por parte dos governantes no que diz respeito a concretização das leis que regulam a educação do campo. Afinal o que precisamos é de uma educação de qualidade e que ofereça condições e oportunidades para seguirmos nossa carreira de estudante e nos tornarmos grandes profissionais e cidadãos ativos, pois capacidade já é algo inerente à nós seres humanos.

4.2.1 Caracterização dos entrevistados

Entrevista 1:

Vanessa Frazão Rodrigues, escolaridade ensino superior (cursando), idade:29 anos. Vanessa relata que parou de estudar aos 14 anos de idade e só conseguiu retornar 10 anos depois. Assim posteriormente a conclusão do ensino fundamental logo de início ingressou no magistério que é ofertado quinzenalmente no povoado Rodeio por uma empresa privada. Sua maior dificuldade para estudar foi uma gravidez não planejada, mas teve o apoio de sua família. Porém através de sua escolaridade conseguiu um emprego de assistente de gestão, como também dá aulas na própria comunidade, e recente ingressou no curso de pedagogia que é ofertado em uma comunidade vizinha, por uma empresa privada. A entrevistada descreveu que se o município tivesse uma escola estadual, ela teria feito um ensino médio mais aproveitável, ela mesma concorda que o aluno da zona é capaz de se destacar através de seus estudos, basta força de vontade. O governo deveria ter uma visão mais ampliada quanto a oferta de oportunidades. Acredito que educação pode transformar vidas à medida que oferece mais oportunidades para nos atentarmos no mercado de trabalho. E quanto o motivo de algumas pessoas se destacaram e outras não, é algo relativo.

Entrevista 2:

Noeme Mesquita Conceição, idade: 17 anos, escolaridade: ensino médio (cursando), profissão: atendente de loja Noeme relata que após a conclusão do ensino fundamental passou um ano sem estudar, e somente no ano seguinte teve a oportunidade de ingressar no ensino médio. Sua maior dificuldade se deu pelo fato de morar em um município que oferta somente o ensino fundamental, teve o apoio de sua família embora a solidão de viver distante. Noeme relata que saiu para morar em Afonso Cunha e que um de seus maiores desafios foi a solidão de ficar longe da família, pois tinha 15 anos e teve que sair de casa em busca de seus objetivos, pois sempre sonhou em seguir seus estudos e tornar uma profissional. Nesta perspectiva, se a comunidade ofertasse o ensino médio teria deixado o conforto de minha casa tão breve. A mesma descreve que o aluno da zona tem total possibilidade de se

emancipar. Quanto aos inúmeros jovens que estão fora da escola por falta de oportunidades faz com que alguns construam família muito cedo sem a mínima estrutura, como também acaba abrindo caminho para o mundo das drogas. A educação é a base para conseguirmos mudarmos nossa vida. Porém tem todos consegue alcançar essa mudança uns por não acreditarem em sua própria capacidade e outros por falta de oportunidades. As dificuldades são pedras e barreiras que temos que romper ao longo da vida.

Entrevista 3:

Ana Tália Mesquita Conceição, idade: 24 anos, escolaridade: magistério nas séries iniciais do ensino fundamental. Ana Tália relata que depois de uns dois anos fora da escola devido à falta de oportunidade para seguir os estudos, ingressou no magistério em um povoado vizinho, foi maior dificuldade foi em relação a distância, e o pagamento da mensalidade além dos recursos didáticos, o apoio da família foi importante. A mesma terminou já terminou o magistério, mas ainda não fez o estágio obrigatório para o recebimento do certificado. A entrevistada descreve que uma escola estadual no município teria facilitado a sua vida, pois nós alunos da zona rural temos capacidade de se destacar, mesmo perante as dificuldades alguns conseguem sair da zona rural e mudar sua vida. A falta de oportunidade educacional torna a vida mais difícil porque a gente não consegue um emprego e acaba permanecendo no trabalho da roça. A educação tem o poder de mudar vidas, a medida que traz oportunidades de emprego, como também o melhor convívio na sociedade. Porém nem todos conseguem essa mudança devido a fatores diversos como: a falta de oportunidades e condição financeira.

Entrevista 4:

Miguel Pereira Rodrigues Filho, idade 29 anos, escolaridade ensino médio e magistério, profissão: monitor do programa mais educação Miguel relata que posterior a conclusão do ensino fundamental consegui ingressar no ensino médio, sua maior dificuldade foi a distância, mas sempre teve o apoio de seus pais. O mesmo descreve que uma escola estadual no município, seria ótimo para todos os discentes da zona rural, a medida que iria oferecer oportunidade para aqueles que ainda não cursaram o ensino médio. Em contrapartida, muitos jovens não acreditam em seu potencial e

acaba abrindo mão de oportunidades que beneficiam sua vida. Visto que a educação tem o poder de transformar vidas é necessário que o docente desperte isso no aluno. Porém para mudarmos nossa vida através da educação é necessário termo esforço e compromisso, e que muitos não consegue atingir seus objetivos devido a fatores, como: o adentramento ao mundo das drogas, entre outros.

Entrevista 5:

Laryssa da Conceição Candeiro, idade: 21 anos escolaridade: ensino superior (cursando). Laryssa relata que posteriormente ao término do fundamental passou um ano como ouvinte e só no ano seguinte conseguiu ingressar no magistério em um povoado vizinho, a mesma relata que sua maior dificuldade foi o deslocamento aos finais de semana por conta da distância. Porém teve apoio de sua mãe que mesmo analfabeta sempre lhe incentivou a continuar estudando. Atualmente a entrevistada está atuando como monitorara no programa mais educação em sua própria comunidade, e cursando pedagogia que é ofertado por uma faculdade privada, em povoado vizinho. Segundo ela, se o município tivesse uma escola de nível médio ela não teria continuado seus estudos em outro município. Laryssa argumenta que o aluno da zona pode se destacar. Porém precisa ter muita força de vontade e determinação diante das dificuldades, e que os jovens que se encontram fora da escola estão perdendo o bem mais preciso da vida, pois é a partir da educação que temos a oportunidade de construir futuros dignos e promissores. Visto que muitos abandonam os estudos por falta de uma escola de uma escola de qualidade, pela distância. Entretanto, é possível afirmar que não se trata apenas pela falta de oportunidade, mas também a falta de incentivo da família ou a desmotivação de si próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando recorremos a literatura fica evidente que a população rural historicamente vem sendo marginalizada em todos os âmbitos da sociedade, principalmente no âmbito educacional, pois o descaso de políticas públicas para o para esse contexto ainda é um fato. Embora a luta e resistência dos movimentos camponeses em prol de uma educação mais humana e que atenda os interesses desses indivíduos e some no seu desenvolvimento: intelectual, econômico, social e cultural. Porém essas reivindicações de fato ainda não são concretizadas para o público rural como um todo.

Quando analisamos a história da educação é possível elucidar que a população campesina sempre foi marginalizada em todos seus aspectos, tida como exemplo de atraso, ignorância, comodismo, incapacidade, mão de obra para os trabalhos braçais, dentre outros estereótipos que perpetuam até os dias atuais até mesmo nos bancos escolares. Tal fato contribui para falta de políticas públicas para esse contexto social, que vem sendo desassistido pelo governo desse o seu princípio.

Afinal, no intermédio de minhas vivências educacionais na zona rural, como também por meio do diálogo com jovens que vivem a mesma realidade que eu, fica explicito que a população do campo continua sendo marginalizada da educação. Onde é oferecida uma educação que de fato não cumpre a sua função social que é a formação plena dos indivíduos. E tampouco atende os anseios dos alunos que é prosseguir os estudos para ter um futuro melhor, e assim sair da roça.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G.; Bernardo Mançano Fernandes. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Col. Por uma Educação Básica do Campo, n. 2.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de>

CAVALCANTI, Leonardo de Almeida. **Efeitos de intervenções em Escolas do Campo e construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. Educação do Campo”, 2004. (Coleção: Por uma Educação do Campo – Vol. 5). p. 53- 89.

Escolas Urbanas na Promoção de Hábitos Saudáveis. São Paulo: Loyola, 2009.

FERNANDES, B. M. MOLINA, M. C. **O Campo da Educação do Campo**. In: MOLINA, M. Fonte: Oliveira (2013).

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, M. M. A; SILVA, C. **Educação do campo: o descompasso entre a legislação e a realidade educacional para comunidades camponesas**. Revista Lugares de Educação, Bananeiras, v.5, n. 11, p. 241 – 254, ago/ dez. 2015. doc: <http://dx.doi.org/10.18788/22337-1451/rle.v5n11>, p. 241-254 Paraná. São Paulo: Annablume, 2006.

PASSADOR, Cláudia Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo do Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** In: GEPEC – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo. Disponível em: Acesso em: 6 abr. 2017.

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. **Da educação rural à educação do campo:** uma trajetória seus desafios e suas conquistas. Disponível em: <http://www.portaltrilhas.org.br/download/biblioteca/da-educacao-rural-a-educacao-do-campo.pdf>. Acesso em 05 de novembro de 2019.

Secretaria do estado do Maranhão. **REGIMEBTO ESCOLAR DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO MARANHÃO.** São Luís, MA, 2016